

## ARTIGOS DOSSIÊ

Andrei Domingos Fonseca<sup>I</sup>

Fernando de Brito Alves<sup>II</sup>

### Nas encruzilhadas de Jacarezinho: necropolítica e resistência negra no nordeste do Paraná

At the crossroads of Jacarezinho: necropolitics and black resistance in the Northeast of Paraná

#### RESUMO:


O artigo investiga a formação social e cultural de Jacarezinho/PR, marcada pelo silenciamento das populações negras e indígenas. O objetivo central da pesquisa é responder à problemática que indaga de que maneira a compreensão das produções históricas e artísticas locais, ainda que vinculadas a narrativas hegemônicas da branquitude, oferece vestígios que permitem reconstituir e problematizar esse apagamento. A hipótese é que tais obras, quando reinterpretadas à luz dos estudos étnico-raciais (Gonzalez, 2020; 1998; Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Mbembe, 2018a; 2018b; 2020), possibilitam recuperar uma memória social atravessada pela presença e pela resistência negra. A pesquisa, de caráter hipotético-dedutivo, fundamentou-se em análise bibliográfica e documental, contemplando obras acadêmicas, institucionais e culturais disponíveis de acesso público, mesmo diante da escassez de dados oficiais sobre o processo de escravização de pessoas negras no município. O arcabouço teórico mobiliza conceitos como Racismo de Estado (Foucault, 2010), necropolítica (Mbembe, 2018) e pacto da branquitude (Bento, 2022), além de contribuições de pesquisadores locais como James Santos (2024) e Janete Tanno (2018). Os resultados apontam que a narrativa oficial privilegiou a exaltação de “pioneiros” brancos, mas que, sob uma perspectiva crítica, emergem rastros de resistência cultural e religiosa, revelando as tensões que marcam a memória coletiva de Jacarezinho.

**Palavras-chave:** Jacarezinho; Nordeste do Paraná; Racismo de Estado; Cultura afro-brasileira


#### ABSTRACT:


The article investigates the social and cultural formation of Jacarezinho, Paraná, a process marked by the silencing of Black and Indigenous populations. The central objective of the research is to address the problem of how the understanding of local historical and artistic productions- even when linked to hegemonic narratives of whiteness- offers traces that make it possible to reconstruct and critically examine this erasure. The hypothesis is that such works, when reinterpreted in light of ethnic-racial studies (Gonzalez, 2020; 1998; Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Mbembe, 2018a; 2018b; 2020), make it possible to recover a social memory shaped by Black presence and resistance. The research, grounded in a hypothetical-deductive approach, was based on bibliographic and documentary analysis, encompassing academic, institutional, and cultural works available for public access, despite the scarcity of official data regarding the process of enslavement of Black people in the municipality. The theoretical framework mobilizes concepts such as State Racism (Foucault, 2010), necropolitics (Mbembe, 2018), and the pact of whiteness (Bento, 2022), in addition to contributions from local researchers such as James Santos (2024) and Janete Tanno (2018). The results indicate that the official narrative has privileged the exaltation of white “pioneers”; however, from a critical perspective, traces of cultural and religious resistance emerge, revealing the tensions that shape the collective memory of Jacarezinho.

**Keywords:** Jacarezinho; Northeast of Paraná; State Racism; Afro-Brazilian culture

<sup>I</sup> Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná; Doutorando em Ciência Jurídica, Universidade Estadual do Norte do Paraná , Jacarezinho, PR, Brasil.

andreifonseca40@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0003-1490-8821>

<sup>II</sup> Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino; Procurador Geral, Universidade Estadual do Norte do Paraná , Jacarezinho, PR, Brasil.

fernandobrito@uenp.edu.br,  <https://orcid.org/0000-0001-8917-4717>

## ABRAM-SE OS CAMINHOS: INTRODUÇÕES INICIAIS

A cidade de Jacarezinho, localizada na região nordeste do Paraná, outrora conhecida popularmente como “ramal da fome”, no chamado “Norte Pioneiro do Paraná”, apresenta contexto histórico-social de formação singular. Situada na divisa com Ourinhos/SP, o município está a 386 quilômetros da capital Curitiba, frequentemente exaltada como “ecológica” e “europeia”, mas que oculta a sua periferia e os processos de racismo ambiental (Becker; Fonseca, 2025, p. 11).

Jacarezinho não se mostra tão distinta de sua capital. Apesar da forte presença da cultura negra, as casas de axé, as escolas de samba e outros movimentos culturais negros foram, ao longo dos anos, inviabilizados e silenciados pelo município e pelo Estado do Paraná, sobretudo diante da imposição de uma história oficial branca, que ainda reverbera na população negra local (Santos, 2024; Mayrinck, 2021).

Na pesquisa realizada entre 2023 e 2025, durante o doutoramento do primeiro autor, foram encontradas pouquíssimas obras e documentos que abordam o processo de formação do município, tanto nas bibliotecas locais quanto nos repositórios institucionais nacionais de artigos científicos, teses e dissertações disponíveis na in-

ternet. Na área do Direito, não foram identificadas produções; entretanto, ao ampliar o recorte para outras áreas do conhecimento, como a História, foi possível estabelecer diálogos interdisciplinares.

Além disso, ainda que algumas das produções encontradas estejam alinhadas a uma narrativa hegemônica branca (Aimone, 1975, 1988; Rossi, 2007; 2010, s.d.; Pereira, s.d.), reflexões teóricas racializadas podem contribuir para evidenciar uma história até então negligenciada pela literatura acadêmica e pelo Estado.

Por conseguinte, para analisar o processo de formação da cidade e o impacto do racismo na população negra de Jacarezinho, foram mobilizados conceitos-ferramentas como Racismo de Estado (Foucault, 2010), necropolítica (Mbembe, 2018b) e pacto da branquitude (Bento, 2022). Da mesma forma, incorporaram-se pesquisas contemporâneas de pesquisadores locais, como James Santos (2024), Janete Tanno (2018) e Vanessa Mayrinck (2021). Isso porque, conforme leciona Lélia Gonzalez (1988, p. 77-78): “o risco que adotamos aqui é de falar<sup>1</sup> com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados (...), neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.

Nesse cenário, o objetivo da pesquisa é responder a seguinte questão-problema: de que modo produções históricas e artísticas sobre Jacarezinho, ao mesmo tempo em que reproduzem narra-

tivas hegemônicas, oferecem vestígios que permitem reconstituir e problematizar o apagamento das populações negras na formação social e cultural do nordeste do Paraná? A hipótese principal é que, ainda que determinados autores e artistas estejam vinculados a uma narrativa histórica dominante, seus trabalhos contêm indícios que, quando reinterpretados à luz dos estudos étnico-raciais, possibilitam reconstruir uma memória social marcada pela presença, pelo apagamento e pela resistência das populações negras na formação de Jacarezinho e região.

O método adotado foi o hipotético-dedutivo, partindo de uma questão-problema e de uma hipótese formulada, que foi testada e reinterpretada a partir de fontes, autores e análises críticas. A pesquisa empírica fundamentou-se em análise teórica (Foucault, 2010; Mbembe, 2018a; 2018b; 2020; Bento, 2022; Gonzalez, 1998; 2020), bibliográfica e documental, pautada em artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos (institucionais-estatais) relacionados ao objeto de estudo.

O artigo organiza-se em duas seções. Na primeira, desenvolve-se uma discussão histórico-social da vivência negra no Brasil, com ênfase no processo de (re)ocupação do nordeste do Paraná, articulada às reflexões teóricas sobre o Racismo de Estado e a biopolítica (Foucault, 2010), que evidenciam a vitimização de corpos negros e indígenas na

região. Na segunda, são apresentadas reflexões acerca da necropolítica (Mbembe, 2018b; 2020), do pacto da branquitude (Bento, 2022), bem como da resistência e da contribuição da população negra na formação do município.

## “SÓ BICHO E BUGRE<sup>2</sup>”: RACISMO DE ESTADO E BIOPOLÍTICA EM TERRAS JACAREZINHENSES

Michel Foucault, na Aula de 17 de março de 1976, na obra “Em Defesa da Sociedade” (2010), dedicou-se a narrar o nascimento do Racismo de Estado e suas ramificações. Na ocasião, o intelectual colocou em pauta as tecnologias de governo conduzidas pelos Estados nacionais ao final do século XIX, que retroalimentam os significados de “biopolítica” e “estatização do biológico” a partir da raça. O exercício do poder de matar está intrinsicamente ligado ao poder disciplinar direcionado ao corpo, à vida das pessoas e ao homem-corpo (Foucault, 2010).

Os dados históricos evidenciam o poder biopolítico exercido em Jacarezinho, cidade onde a pesquisa se situa, conforme será apresentado adiante. A biopolítica possui alvos definidos; contudo, para compreender seus desdobramentos, outra noção teórica entra em cena: a de “população”. Segundo Foucault (2010, p. 206), a biopolítica trata

da população, concebendo-a simultaneamente como problema político, biológico e de poder.

Desse modo, o poder exercido é sobre uma determinada população e sobre o ser humano enquanto sujeito biológico, no contexto de regulamentação apresentado. Trata-se do poder de “fazer viver”, que alcança apenas determinados corpos em uma população específica. Assim, quem é considerado digno de vida para o Estado? É a partir dessa indagação que o conceito de Racismo de Estado entra em cena:

É aí, creio eu, que intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. (...). **Com efeito, que é o racismo?** É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: **o corte entre o que deve viver e o que deve morrer** (Foucault, 2010, p. 214, destaques nossos).

É possível observar, portanto, que o racismo constitui uma forma de hierarquizar e comparar raças, de modo a prejudicar determinados grupos populacionais em relação a outros, estabelecendo a lógica de raças “melhores” e “piores”. Trata-se da produção de vidas que devem viver e vidas que devem morrer (Foucault, 2010, p. 214). Isso não foi, e tampouco é, diferente ao longo da história brasileira. O exemplo mais evidente disso foi o genocídio de indígenas

promovido pelos colonizadores (Pacheco de Oliveira; Freire 2006), bem como a mortificação sistemática de pessoas negras escravizadas durante o período colonial (Gonzalez, 1998). Em síntese, o poder soberano sobre a vida só pode ser exercido a partir do momento que o soberano detém o poder matar<sup>3</sup> (Foucault, 2010, p. 202).

Jacarezinho, cidade foco da pesquisa, está localizada na região conhecida como “Norte Pioneiro do Paraná”. Essa região do país é composta por 46 municípios e, em 2020, contava com 554.119 habitantes<sup>4</sup>. Desses, pouco mais 87 mil pessoas foram atendidas pelo Programa Bolsa Família, com registros anteriores ao Cadastro Único (Ludka; Pereira; Mello, 2022). De acordo com esses dados, 15% da população já vivia com menos de meio salário-mínimo na região, que outrora foi conhecida como “ramal da fome” (Melo et al., 2018).

Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jacarezinho possui atualmente 40.375 habitantes, um aumento populacional de 1.254 pessoas em relação ao Censo de 2010. Do contingente atual, 58,2% se autodeclaram brancos, 8,7% pretos, 32,7% pardos, 0,3% amarelos e apenas 0,1% indígenas (IBGE, 2025). Constata-se que, embora a maioria da população jacarezinhense se declare branca, 41,4% dos habitantes se autodeclaram negros ou pardos.

É curioso notar que, no Censo de 2010, cerca de 34% da população se autodeclarava preta ou parda (Tanno, 2018, p. 40). Dessa maneira, pode-se inferir que, atualmente, a população de Jacarezinho tem se reconhecido mais como preta ou parda. O aumento para 41,4% é expressivo, sobretudo considerando que o município está localizado na região Sul do Brasil, onde 72,6% da população se declara branca. Essa realidade não se distancia do panorama nacional: pela primeira vez na história, desde a realização do Censo em 1872, o número de pessoas pardas ultrapassou o número de pessoas brancas no país (Belandi; Gomes, 2022).

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, em março de 2024, o filósofo Achille Mbembe foi questionado sobre os motivos da dificuldade histórica de reconhecimento da população brasileira em relação a sua identidade negra. Em resposta, afirmou: “o significativo ‘negro’, na história da modernidade, sempre foi o equivalente a nada. As pessoas não querem ser nada. As pessoas querem ser alguma coisa. A ideia de ser negro provoca muito medo nas pessoas” (Mbembe, 2024a). Paralelamente, outros elementos históricos podem ser acionados aqui como as teorias do branqueamento<sup>5</sup> que chegaram tardiamente no Brasil.

A mestiçagem era um grande problema a ser resolvido em terras *brasilis*. Os chamados “mestiços” eram associados à feiura, à desumani-

dade e ao fracasso nacional (Schwarcz, 1993, p. 15-19). Foram necessários 137 anos, uma Constituição democrática, a implementação da Lei de Cotas e inúmeros avanços impulsionados pelo Movimento Negro, como sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para que, possivelmente, parte dessas pessoas pudessem reconhecer suas identidades negras sem estarem vinculadas a tantas características negativas.

A reflexão anterior se articula com algumas críticas da filósofa Lélia Gonzalez (1988). Para ela, uma espécie de “neurose cultural brasileira” permeia grande parte da população, manifestando-se na negação e no recalque em relação às suas origens. O racismo aparece como o principal sintoma dessa neurose, direcionando-se justamente contra aqueles que representam sua prova viva, a população negra, ao mesmo tempo em que é negado pelo discurso da chamada “democracia racial brasileira”. (Gonzalez, 1998, p. 69-70).

Retomemos, agora, as nuances do poder biopolítico exercido no país, que se manifestaram de forma mais acentuada, por exemplo, durante o período pandêmico, marcado pela intensificação das vulnerabilidades socioeconômicas e raciais (Fonseca, 2024). Tal omissão ocorreu mesmo diante dos alertas de órgãos de regulação estatal sobre o elevado grau de vulnerabilidade da população negra<sup>6</sup>, especialmente no que diz respeito às condições de moradia e saneamento básico, em

um cenário marcado pela inércia e pelo descaso do Chefe do Poder Executivo Federal no enfrentamento da crise pandêmica (Santos; Silva, 2022).

“Fique em casa” para quem? Uma das principais campanhas governamentais promovidas durante o ápice da pandemia e amplamente difundida pelas redes sociais, voltada à não proliferação da Covid-19, não considerou a realidade de vida de boa parte da população brasileira. Isso se torna ainda mais evidente quando acionados os marcadores de raça e classe, sobretudo no que se refere às pessoas em situação de rua e aos trabalhadores informais, além daqueles vinculados a serviços considerados essenciais (ou não<sup>7</sup>) à época (Flauzina; Pires, 2020).

(...) Se, para esses segmentos, o isolamento tem sido traduzido como exercício de garantias, para a massa populacional das periferias negras, esse processo tem significado privação e violência. A precariedade das habitações nas periferias brasileiras, a falta de saneamento básico e o difícil acesso à água são alguns dos fatores que contribuem para que a prescrição do isolamento e da higienização não consigam se materializar (Flauzina; Pires, 2020, p. 79).

O poder soberano exercido pelo Chefe do Poder-Executivo Federal, Jair Messias Bolsonaro, não tinha como objetivo manter vivos determinados grupos minoritários, dadas suas ações e

omissões que sucatearam uma série de órgãos públicos, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Fundação Zumbi dos Palmares (Veronose; Almeida, 2021). Se o poder soberano escolhe quem vive e quem morre, Bolsonaro optou pela hierarquização de raças, ou seja, optou por aquilo que Michel Foucault (2010) chamou de Racismo de Estado. Conforme defende a antropóloga Cláudia Fonseca (1999), cada caso não é isolado; essa perspectiva atravessou diretamente a realidade da cidade paranaense de Jacarezinho.

Em uma pesquisa empírica sobre o impacto da pandemia de Covid-19 entre catadores de materiais recicláveis em Jacarezinho, realizada pelas pesquisadoras Stéphanie Fonseca et al. (2024), constatou-se que boa parte dos trabalhadores possuía apenas o ensino fundamental, o que os colocava diante de processos de exclusão social e de afastamento do trabalho formal. A coleta de dados foi realizada em dezembro de 2021, junto à Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Jacarezinho, e contou com a participação de 17 catadores associados, que atuavam diretamente na coleta e/ou triagem dos resíduos sólidos urbanos do município.

Os resultados revelaram que 47,05% dos participantes testaram positivo para Covid-19 e 17,64% tiveram contato direto com material infectante. Apesar desse quadro, não houve mudan-

ças significativas nas condições de trabalho desses profissionais. No âmbito federal, não foram estabelecidos mecanismos voltados à redução da exposição aos riscos enfrentados por essa categoria. Dessa forma, a interrupção temporária das atividades de coleta, triagem e destinação dos resíduos recicláveis permaneceu a critério de cada município (Fonseca et al., 2024). Em Jacarezinho, contudo, não houve paralisação de serviços em nenhum momento, o que ratifica os argumentos apresentados por Ana Flauzina e Thula Pires (2020). Do mesmo modo, ainda que Fonseca et al. (2024) não avancem em discussões sobre raça e moradia, as autoras apresentam indícios importantes para a compreensão do cenário local, com um grupo minoritário específico.

Retomemos outros elementos históricos da região. A (re)ocupação do nordeste paranaense, no século XIX, ocorreu de maneira diversa. Fazendeiros, grileiros, sitiantes, empresas colonizadoras estrangeiras e nacionais, governo do Estado do Paraná, entre outros grupos, atuaram de forma dispare. Esse processo ressalta os questionamentos direcionados à historiografia hegemônica, que frequentemente ignora a violência e a exclusão fundante da região por meio de silêncios históricos, em especial quando desconsidera a presença da população indígena que já ocupava essas terras (Tomazi, 2008).

A memória oficial apresenta uma narrati-

va de “super-heróis” para os chamados pioneiros responsáveis pelo culto ao “progresso” e ao catolicismo na região. Pessoas indígenas, negras e mulheres não possuem enredo ou, quanto o têm, suas narrativas aparecem de forma secundária, preconceituosa e racista (Mayrinck, 2021). Todavia, “sabemos que estes indivíduos tiveram papel central na tessitura das tramas históricas e na construção dos caminhos labirínticos que hoje percorremos na atual Jacarezinho” (Mayrinck, 2021, p. 68).

Além disso, visando legitimar suas narrativas, autores locais, como Rodrigo Octávio Torres Pereira (s.d.), criaram “uma ideia de vazio demográfico, de sertão inabitado e inexplorado no Norte do Paraná” (Mayrinck, 2021, p. 54). Os impactos dessa formulação reforçaram a concepção de que, sem os chamados “pioneiros”, a região seria apenas um grande sertão, habitado por “bicho e bugre”, sem progresso e sem salvação divina (Pereira, s.d.).

Está nesse sentido a crítica ao termo “Norte Pioneiro do Paraná”, pois os povos indígenas já ocupavam essa região, mas foram bruscamente apagados da narrativa oficial. “A construção da memória coletiva paranaense, desconsiderando as presenças e culturas Kaingang, Guarani e Xetá, reproduziu uma visão eurocêntrica da história, moldada por relações de poder e por uma narrativa única (Goulart; Tapedju, 2024, p. 213).

Essa situação, por si só, já demonstra as engrenagens racistas que fundaram a cidade de Jacarezinho, bem como o Estado do Paraná, especialmente quando a narrativa oficial ignora a relação de pertencimento que os povos originários possuem com o meio ambiente. Nesse caso, os povos indígenas não seriam considerados “pioneiros” para a história hegemônica local, pois se desmatamento é sinônimo de progresso, tal prática não seria adotada pelos povos tradicionais (APIB, 2021).

Thomaz Aimone foi um dos poucos pesquisadores locais a investigar a narrativa de fundação da cidade. Entretanto, sua obra “Jacarezinho, seus pioneiros desbravadores e os que labutaram para o sucesso dessa terra” (1975) é dedicada aos “autênticos pioneiros”, que, segundo ele, “repousam o sono eterno, mas suas almas perambulam pelo espaço infinito e, vigilantes, não permitem a deturpação da verdade na fundação desse rincão querido e respeitado” (Aimone, 1975, p. 1). Capítulos como “Pioneiro e o norte velho”, “Galeria dos pioneiros e Descendentes dos pioneiros desbravadores de Jacarezinho” compõem a obra, dedicada a exaltar uma narrativa hegemônica e, ao mesmo tempo, silenciadora dos povos originários locais (Aimone, 1975, p. 10-27).

Apesar das críticas e da falta de clareza acerca dos procedimentos metodológicos adotados em seus textos (Santos, 2024, p. 49), o tra-

balho de Aimone (1975; 1988) foi significativo ao apresentar um possível contexto geral da formação do município de Jacarezinho. Embora a população negra seja pouco abordada em suas pesquisas, o conteúdo oferece fios condutores para diálogos mais amplos que, se realizados com intelectualidades negras, permitem uma análise apurada do racismo que fundou e estruturou a cidade em suas mais diversas dimensões<sup>8</sup>.

Em consulta recente ao site do IBGE, em março de 2026, ao pesquisar sobre o município de Jacarezinho, é possível encontrar uma série de informações sobre a cidade, abrangendo aspectos populacionais, educacionais, econômicos, territoriais, ambientais, sanitários e históricos (IBGE, 2026). No entanto, entre as informações históricas que compõem a narrativa sobre a cidade, não há qualquer menção à contribuição de pessoas negras e indígenas na sua formação. Consta apenas o resgate de um texto de uma “Enciclopédia dos municípios brasileiros” produzida pelo próprio órgão estatal em 1959, cujo conteúdo reproduz a mesma narrativa hegemônica.

O primeiro desbravador do território que compõe o atual município foi o fluminense Antônio Calixto, que ali se estabeleceu, iniciando a colonização.

Outros sertanistas afluíram ao local, fixando-se nas proximidades da residência do pioneiro. Entre eles, Joaquim Severo Batista e Francisco de Paula Figueiredo.

Em 1888, chegou a família Alcântara, mineira, com numerosos acompanhantes e fundou a Fazenda da Prata, incrementando o povoamento da região.

Com os Alcântaras, vieram o médico João Cândido de Souza Fortes e Frei Inácio de Melo e Souza. Este último promoveu a construção de uma capela, na sede da fazenda, concluída em 1895.

Em 1896, Joaquim Antônio Graciano e sua mulher, Maria Sabina de Jesus, doaram aos padroeiros do lugar, Nossa Senhora da Conceição e São Sebastião sesmaria de 50 alqueires de terra, obtida do Governo Imperial. Ergueu-se outra capela, ao redor da qual surgiram novas casas.

A partir de 1910, a vinda de outros fazendeiros e elevado número de imigrantes paulistas e mineiros acelerou o progresso do município, hoje importante centro econômico e cultural do Estado (...) (IBGE, 1959, p. 267-268).

Esse dado é um fio condutor dos elementos apontados por Michel Foucault, quando o filósofo observou que o poder biopolítico utiliza a demografia como objeto de controle e de saber (Foucault, 2010). Afinal, para o Estado brasileiro, “os desbravadores do sertão” transformaram Jacarezinho em “a matéria agreste e rude em um<sup>9</sup> magnífico centro de cultura, de progresso e de civilização” (IBGE, 1959, p. 268).

Observa-se, assim, que as pessoas negras escravizadas não foram contabilizadas na história

oficial de Jacarezinho/PR, permanecendo igualmente ignoradas pelo Estado brasileiro (IBGE, 1959). No que se refere à história oficial da cidade, outro autor buscou apresentar algumas contribuições sobre o passado local, ainda que sem esclarecimentos metodológicos consistentes.

Trata-se de Celso Antônio Rossi, um dos professores-fundadores da antiga Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (FUNDINORPI), atualmente incorporada à UENP. No “Livro histórico Comemorativo do *Centenário da Comarca de Jacarezinho*” (s.d.), Rossi narra um discurso proferido pelo jornalista e historiador Carlos Serpa Duarte<sup>10</sup>, realizado no Hotel Municipal da cidade em 2 de abril de 1950, durante as comemorações do cinquentenário da elevação de Jacarezinho à categoria de município, sobre o processo de colonização da região.

No discurso, foi ressaltado que, durante o processo de exploração do “sertão” onde atualmente se localiza o município de Jacarezinho, teriam chegado 254 pessoas. Entre elas, segundo o autor, encontravam-se damas de aprimorada educação, donzelas provenientes de internatos de freiras, jovens universitários, cavalheiros nobres, palacianos, um médico ilustre, uma noiva conduzida por um poderoso conde e um vigário paternal. Esse grupo é descrito como portador de grandes valores e como responsável por enfrentar as dificuldades dos “sertões”, passando noites e

dias em condições adversas, enfrentando temporais, abrindo estradas e dormindo sob árvores (Rossi, s.d., p. 19-20). Embora o autor não mencione explicitamente, esse processo implicava também o desmatamento da região (Mayrinck, 2021, p. 55-57).

Na narrativa, são enfatizados os corpos esculturais e os olhos azuis dos “pioneiros”, comparados ao céu do Brasil, que teriam sido expostos aos mosquitos, ao sol, ao frio e, quiçá, à fome. Também há destaque para o trabalho realizado pelas nobres famílias na exploração daquele grande “sertão”. Contudo, em nenhum momento há menção ou referência à população negra escravizada envolvida nesse processo histórico, mas sim a “um piano que ficou a apodrecer à margem Paranapanema por impossibilidade de transporte” (Rossi, s.d., p. 20).

Apesar de adepto da narrativa hegemônica, Rossi, na justificativa do livro, apresenta um pedido de “escusas” e reconhece falhas e omissões na obra, a qual, segundo ele, teria sido elaborada às pressas para oferecer subsídios aos estudiosos da história de Jacarezinho (Rossi, s.d., p. 3). Esse reconhecimento, abre, portanto, espaço para questionar: teriam sido realmente apenas 254 pessoas que chegaram a Jacarezinho? As pessoas negras escravizadas foram de fato contabilizadas ou sequer consideradas sujeitos vivos pela narrativa oficial?

Quem foram os sujeitos escravizados, cujos olhos não eram tão azuis quanto os dos nobres, mas que também garantiram a sobrevivência daquela caravana de jovens donzelas e cavaleiros? Quem transportou o piano abandonado às margens do Rio Paranapanema, cuja última toada, segundo relatos populares, teria sido “Ave Maria”?

A ausência de respostas para as indagações acima deve-se, quiçá, ao processo de escravização que, segundo o filósofo Achille Mbembe (2018b), constituiu uma das primeiras instâncias de experimentação da biopolítica. A pessoa escravizada, nesse contexto, transforma-se em uma espécie de “sombra personificada”, marcada por uma tripla perda: do lar, dos direitos sobre o próprio corpo e do status político. Como afirma o autor: “a violência, aqui, torna-se um elemento inscrito na etiqueta, como as chicotadas ou o ato de tirar a vida do escravo: um gesto de capricho e de pura destruição” (Mbembe, 2016, p. 131-132), ou seja, um tipo de morte em vida. Por isso, diante do cenário apresentado, existem pouquíssimas informações registradas sobre aqueles que também “enfrentaram o desconforto dos sertões” (Rossi, s.d., p. 20).

Em Jacarezinho, entretanto, a despeito dos silenciamentos que ecoam na história oficial, a escravidão de pessoas negras foi uma realidade. Das poucas informações disponíveis, sabe-se que, em relação ao “trabalho” exercido, as

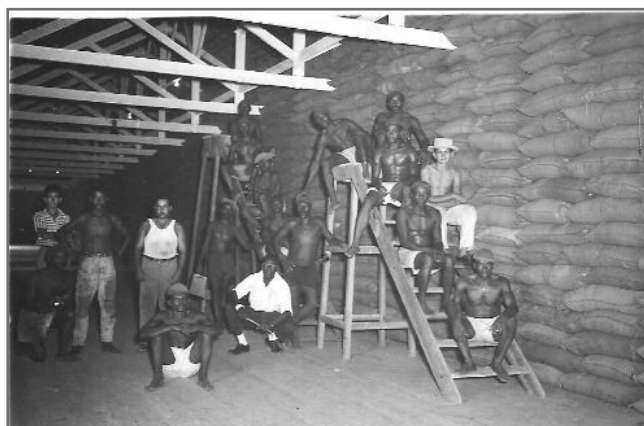
peças escravizadas “nada recebiam e o castigo rigoroso era implantado a todos aqueles que não cumprissem as ordens; a roda do açoite, durante vários anos, ficou exposta ao relento, mesmo após o término do castigo imposto aos escravos e, muitas vezes, aos operários rebeldes” (Aimone, 1975, p. 94).

O livro de Rossi não possui data exata de publicação, mas, ao longo dos anos, o professor reuniu um acervo documental com dados relevantes sobre a história local. Após seu falecimento, em 2022, foi criada uma exposição virtual pelo Centro de Documentação Histórica (CEDHIS) da UENP, intitulada “Narrativas jacarezinhenses na coleção Celso Rossi (1888-1990)” (CEDHIS, 2023), que apresenta informações mais pontuais sobre a população negra da cidade. Nessa mostra, foram reunidos diversos arquivos de moradores, representativos de parte da memória local, os quais Rossi mantinha em seu acervo pessoal e também divulgava em redes sociais, como o Facebook e um blog<sup>11</sup>.

Os resultados das pesquisas do CEDHIS indicam que a população negra ocupava postos de trabalho marginalizados na cidade, além de estar sub-representada no próprio acervo de Celso Rossi. Este, ao romantizar atividades degradantes que exigiam intenso esforço físico, como o carregamento de sacas de café em armazéns, produzia uma narrativa que valorizava a “força de

trabalho negra”. Entretanto, tal representação dos corpos negros, atravessada pela ênfase na boa condição física, configurava-se como mecanismo racista fundamentado na exploração dessa mão de obra (CEDHIS, 2023). Como alertado por Lélia Gonzalez em “Lugar de Negro” (1982), obra publicada com Carlos Hasenbalg, a pessoa negra disponibilizava sua mão de obra por qualquer preço no mercado de trabalho, em razão das péssimas condições de vida.

Figura 1 - “Os trapicheiros de antigamente”



Fonte: Celso Rossi (2010)

Na legenda da fotografia acima apresentada por Rossi, o professor associa homens negros à formação da cidade, sugerindo indícios mais concretos do que pode ter ocorrido em 1888 e nos anos subsequentes. Nesse mesmo registro, afeito à exploração da mão de obra negra, Rossi afirma que esses trabalhadores, devido ao intenso esforço físico, faleciam precocemente em decorrência de problemas cardíacos.

Jacarezinho tinha muitos desses homens. Eram em sua maioria negros e muito fortes, com uma resistência inacreditável. E aqui tinha muitos negros, e ainda tem centenas de famílias deles originárias, que vieram com a caravana de 1888 que aportou nesta cidade dando início à colonização do norte do Paraná. Eles vieram na condição de escravos (a escravidão foi abolida exatamente naquele ano) carregando os grandes baús dos pioneiros desbravadores, levando as liteiras, sacarias, puxando carroções etc. Aqui, acabaram por se alojar anos depois nas imediações da Vila Setti e por lá foram ficando e se integraram harmoniosamente à cidade, ajudando-a de maneira decisiva em seus crescimentos. Jacarezinho deve muito a eles. Em razão de sua força principalmente, acabaram por tornar-se em grande número trapicheiros. Nesta foto, de 1949, vemos um grupo deles em um dos armazéns da cidade com uma enorme pilha de sacos de café. Eles, sem proteção alguma, subiam as escadas levando na cabeça um saco de 60 quilos e o jogava no alto da pilha, que, claro, começava ao rés do chão. Sua força é visível nos corpos musculosos deles. Mas o esforço que faziam levou muitos deles prematuramente de nosso convívio, quase sempre vitimados pelo coração (Rossi, 2010, não paginado).

Outra situação evidenciada na exposição é a reunião de fotografias da série intitulada “Grandes famílias” de Jacarezinho, na qual não há registro de famílias negras, mas apenas de “Grandes Famílias” brancas. Ao longo da mostra,

quando uma família negra aparece, seu sobrenome não é citado e ela tampouco é incluída na série “Grandes famílias”. Tal evidência ilustra de maneira clara como o apagamento da população negra se perpetuou na história da cidade, sendo lembrada sem a mesma relevância atribuída às famílias brancas ou reduzida à valorização de sua força de trabalho, outrora escravizada (CEDHIS, 2023).

Figura 2 - Domingo em família



Fonte: (CEDHIS, 2023)

A partir das reflexões apresentadas acima, na próxima seção foram analisados elementos que evidenciam a forma pela qual o poder necropolítico (Mbembe, 2018b; 2020) e o pacto da branquitude (Bento, 2022) atravessaram, e ainda atravessam, a população negra do município.

## “AUTÊNTICAS EMBAIXADAS CULTURAIS AFRICANAS<sup>12</sup>”: NECROPOLÍTICA, MACUMBA E RESISTÊNCIA

Um dos casos mais emblemáticos do racismo perpetuado na história de Jacarezinho foi a construção da Capela São Benedito, erguida por pessoas negras que haviam acabado de sair da situação de escravidão. Isso ocorreu porque o único padre da cidade, Padre Melo, só celebrava missas para pessoas brancas.

Mesmo que a Lei Áurea tenha decretado o fim da escravidão, na prática isso não aconteceu todo o país (Monteiro, 2012, p. 355), em especial, em Jacarezinho. Sobre isso, Aimone (1988, p. 30) apontou que pessoas negras desconheciam essa lei na cidade e continuavam à mercê dos “seus senhores”. No mesmo sentido, Vanessa Mayrinck (2021, p. 70) considera que o rearranjo dentro das fazendas fazia parte de uma alternativa das pessoas negras diante do contexto de vulnerabilidade social ao qual permaneciam submetidas, mesmo após a promulgação da Lei Áurea, na cidade.

Assim, ao longo do tempo, a população negra construiu a Capela São Benedito para poder praticar sua fé<sup>13</sup> no Santo Católico São Benedito, anteriormente celebrada nas ruas em um altar de bambu durante as congadas, enquanto vendiam quitutes para arrecadar fundos

destinados à construção do espaço.

Joaquim Inácio de Melo e Souza, único padre que veio com a caravana dos Alcântaras, somente pregava para os brancos, pois os negros escravos **não tinham o direito de estarem juntos com os senhores e seus parentes, razão porque resolveram pregar suas idéias africanas**, nesta terra em que se encontravam em plena escravidão, por serem negros, mas, **suas almas eram muitas vezes mais brancas do que os brancos**, no entanto, a força predominava implacavelmente, embora infringindo a força da lei decretada pelo império a favor dos míseros escravos (Aimone, 1988, p. 30, grifos nossos).

A afirmação de que as almas das pessoas negras “eram muitas vezes mais brancas do que os brancos” (Aimone, 1988, p. 30) é claramente racista, pois adota a branquitude<sup>14</sup> como parâmetro exclusivo de humanidade (Mbembe, 2018a). Essa é uma das críticas formuladas por Achille Mbembe em “Crítica da razão negra” (2018a), obra na qual o autor demonstra que a raça não passa de uma ficção útil, sustentada por uma construção fantasmagórica e por uma projeção ideológica cujo objetivo é desviar a atenção de outros marcadores sociais, como classe e gênero, que durante muito tempo foram considerados mais relevantes.

A desumanização das pessoas negras está alicerçada no velho mito da superioridade racial, segundo o qual o hemisfério ocidental se colo-

cava como centro do mundo, progenitor da razão, da existência universal e da própria verdade da humanidade. As pessoas negras, particularmente identificados como “o resto”, eram atravessadas pelo vazio, cuja negatividade permeava todos os momentos de sua existência (Mbembe, 2018a, p. 26-42).

Dado o parêntese, prossegue-se com a análise da transcrição acima. Ao tecer críticas dirigidas aos “pioneiros” de Jacarezinho, observam-se algumas contradições presentes nas obras de Aimone. Em seu livro de 1975, que elogia os pioneiros locais, o autor, enaltece, por exemplo, Antonio Alcântara da Fonseca Guimarães, cuja motivação para explorar o “sertão desconhecido” era o medo de perder sua mão de obra escrava e enriquecer com as terras férteis da região (Aimone, 1975, p. 03-04).

Além disso, o professor aponta, nessa mesma obra, que a verdade sobre a fundação da região não deve ser deturpada, conforme apontado anteriormente (Aimone, 1975, p. 01). No entanto, anos depois, ele denuncia, ainda que timidamente, parte do processo de violação dos direitos das pessoas negras em Jacarezinho após a promulgação da Lei Áurea, apesar de ter escrito anteriormente uma obra dedicada inteiramente aos exploradores daqueles que ele chamou de “miseráveis escravos” (Aimone, 1998, p. 30-33).

A suposta devoção ao santo católico São

Benedito, anteriormente mencionada, é atravessada pelo racismo que impedia a população negra de praticar suas religiões tradicionais sem sofrer ataques, tanto por parte dos escravocratas quanto da Igreja Católica da época. Isso ocorria porque a Igreja utilizava uma narrativa religiosa europeia<sup>15</sup> para a manutenção da colonização e da importação da mão de obra escrava. Nesse contexto, a promoção de São Benedito era ideal para a incorporação de uma figura religiosa negra, generosa e submissa a uma realidade pautada na escravidão e no apagamento da cultura africana, ao silenciar e demonizar suas manifestações religiosas, sobretudo aquelas que pudessem gerar qualquer tipo de resistência à dominação (Rocha, 2022, p. 58).

O caso de São Benedito, filho de escravos africanos que serviu no mosteiro de São Francisco, em posição de subalternidade, ressalta a humildade, obediência e caridade. Em sua imagem mais popular é representado com trajes de monge, carregando um bebê branco ao colo, que seria Jesus Cristo. Recompensado com o paraíso, Benedito é o exemplo que os homens e mulheres negras deveriam seguir, da humildade e obediência, aceitando seu destino e seguindo na fé de que serão recompensados após a morte (Rocha, 2022, p. 59-60).

Curiosamente, a famosa obra “A redenção

de Cam” do pintor espanhol Modesto Brocos, afeito à teoria do embranquecimento, ressalta esse processo de submissão (Lotierzo, 2013, p. 253). Na pintura estão apresentadas de maneira resumidas conclusões dos teóricos do branqueamento: ao longo de um século o Brasil seria branco, como a criança retratada (Scwarzcz, 1993, p. 16). A tela foi vencedora da medalha de ouro na Exposição Geral de Belas Artes de 1895, e posteriormente “incorporada ao artigo apresentado por João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, no I Congresso Mundial das Raças em 1911, servindo de ilustração à tese do cientista, para quem o Brasil seria branco em três gerações” (Lotierzo, 2013, p. 04).

O pintor Modesto Brocos foi professor de um dos artistas mais renomados do país que passou por Jacarezinho, Eugenio Sigaud, que admirava seu mestre de forma reiterada, conforme defendido pela historiadora Luciana Evangelista (2020) em sua tese de doutoramento. Ao falar sobre essa admiração, a pesquisadora aponta que ela estava ligada “às representações que Brocos fez do cotidiano, do regional, e das miscigenações no Brasil” (Evangelista, 2020, p. 48).

Nota-se, ainda, que ao tratar sobre o assunto, Evangelista não faz nenhum tipo de reflexão crítica pautada na raça, mas argumenta de forma favorável a suposições que eliminariam o caráter preconceituoso de “A Redenção de

Cam” (Evangelista, 2020, p. 50). A inércia da autora é problemática. Afinal, como apontado pelo professor, historiador e crítico de arte Rodrigo Naves (2005, p. 137-138), na obra, “(...) o elogio do embranquecimento da população brasileira tem um tom quase propagandístico, de par com uma pintura atravessada por uma riqueza de detalhes patética, que tende apenas a dar um aspecto arejado a um significado absolutamente preconceituoso”.

Além disso, vale evidenciar as contatações realizadas pela antropóloga Tatiana Lotierzo (2013), que analisou um livro<sup>16</sup> do artista publicado exclusivamente na Espanha, na qual o próprio Brocos aparece como personagem-narrador enaltecendo como expressão de modernidade, a adoção de medidas eugênicas.

Recém-chegado ao planeta vermelho, é recebido por um padre chamado Feijó, que lhe apresenta o local. O visitante destaca aquilo que considera avançado na modernidade marciana; Brocos, impressionado, exalta a adoção de medidas eugênicas entre os alienígenas: descreve, entre outros aspectos, o trabalho de uma junta de higiene, responsável pelas políticas de esterilização de mulheres, desviantes dos padrões de beleza/saúde vigentes; esterilização das pessoas com males congênitos e/ou incuráveis; e triagem das crianças logo após o nascimento, além do afogamento das que apresentassem quaisquer defeitos físicos. Fala também de uma política

de reprodução controlada, rumo ao "aperfeiçoamento da raça" (...) (Lotierzo, 2013, p. 179).

Retomemos a análise da Capela de São Benedito, espaço religioso católico edificado por pessoas negras na cidade de Jacarezinho. O principal *point* de culto católico da cidade é a Catedral de Jacarezinho, cuja importância simbólica e patrimonial é evidenciada por seus murais pintados por Eugênio Sigaud, bem como pelo seu tombamento como patrimônio histórico do Estado do Paraná. Nesse contexto, Brocos pode ter exercido influência sobre Sigaud, especialmente no que diz respeito à ênfase nas temáticas raciais em suas obras autorais, assim como na escolha da pintura mural e decorativa, conforme exemplificado nos murais da própria catedral de Jacarezinho (Evangelista, 2020, p. 88–90).

Apesar de Sigaud evidenciar a população negra local nos murais pintados em um espaço que por muito tempo lhes foi negado, é preciso destacar que o artista, declaradamente comunista, era irmão do "anticomunista"<sup>17</sup> e bispo local D. Geraldo de Proença Sigaud (1963), responsável por encomendar as pinturas, ainda que inacabadas. Tal dado sugere que a presença negra nas obras pode ter extrapolado as influências de seu mestre Brocos, autor de "A redenção de Cam", refletindo também uma rixa simbólica entre irmãos, cujos projetos políticos e religiosos

divergiam profundamente.

Na cidade, "os painéis não foram bem aceitos, ou pior, somente foram aceitos em virtude do parentesco com o bispo" (Corrêa, 2015 p. 61-62). Inúmeras pesquisas acadêmicas, paranaenses, como a de Luciana Evangelista (2020), reconhecem a importância de Sigaud para a cena local. No entanto, também evidenciam exercícios metodológicos controversos, muitas vezes pautados em um "orgulho local" que evita confrontar as implicações raciais de suas representações<sup>18</sup>, sobretudo porque o pintor se identificava como pertencente a uma raça "mestiça" (Evangelista, 2020, p. 34).

No recente documentário "O Bispo e o Artista" (Pascoal, 2025), dirigido por Luciano Pascoal, da Vertigo Filmes, lançado e exibido recentemente no cinema municipal da cidade, Sigaud é retratado por grande parte dos entrevistados, majoritariamente brancos, como um profissional à frente de seu tempo, que teria marcado a história ao representar, nos murais da catedral de uma cidade conduzida pelo poder da Igreja Católica, parcelas da população normalmente silenciadas na narrativa local, como operários, pessoas em situação de rua e a população negra.

Durante a exibição, foi realizada uma cerimônia de doação do acervo audiovisual da obra ao Centro de Documentação da UENP. Além disso, a divulgação do cartaz oficial do evento, promovida pela Prefeitura Municipal e pela Uni-

versidade Estadual do Norte do Paraná, não apenas reforça os argumentos anteriores sobre uma rivalidade ideológica entre irmãos, ao representá-los como figuras antagônicas, mas também levanta críticas sobre como a realidade local continua sendo narrada a partir de uma perspectiva branca.

Figura 3 - Cartaz de lançamento do documentário  
“O Bispo e o artista”



Fonte: Prefeitura Municipal de Jacarezinho (2025)

Afinal, o que significam, de fato, essas figuras negras representadas por um homem branco nos murais de uma igreja que, durante anos, excluiu essa mesma população de seus rituais e espaços? Estaríamos diante de uma reocupação simbólica ou de mais uma tentativa de redenção ao legado de Brocos? De que maneira a população

negra da cidade se reconhece na obra? Quais impactos, concretos ou simbólicos, essa representação tem produzido em suas experiências individuais e coletivas? São questões que exigem tempo, pesquisa e escuta, e que

talvez mereçam ser enfrentadas em outro momento. Por ora, o que se pode afirmar é que Jacarezinho encontra-se em uma encruzilhada epistemológica intensa e problemática<sup>19</sup>.

Sigamos, então, à análise do trabalho de Thomaz Aimone (1975; 1988). Segundo o autor, o catolicismo, o evangelismo, o espiritismo, a umbanda, o candomblé e a maçonaria constituem as principais crenças religiosas de Jacarezinho (Aimone, 1975, p. 75). Apesar disso, é interessante notar que, ao longo de suas obras, não há pesquisas sobre os terreiros locais, diferentemente do que ocorre em relação ao templo da maçonaria e às ações da Igreja Católica. Desse modo, a narrativa hegemônica que atribui à população negra uma suposta devoção coletiva ao santo católico São Benedito pode ser compreendida como expressão das garras-tentáculos do poder católico exercido na cidade. Afinal, tal narrativa converge com a existência e invisibilização das religiões de matrizes africanas que compõem a história local, sobretudo no contexto de retomada da Igreja São Benedito, como será discutido adiante.

Se apenas recentemente uma parcela maior da população da cidade passou a se reconhecer

como negra, no século passado a situação era ainda mais complexa. Isso se deve, em grande medida, à influência da Igreja Católica em Jacarezinho, que repudiava as chamadas "ideias africanas" (Aimone, 1998, p. 30), em um período marcado pela proximidade temporal da abolição da escravatura.

Na fotografia abaixo, observam-se inúmeras pessoas negras em um rito, provavelmente católico, realizado em 1928. Na imagem seguinte encontra-se uma das mais antigas fotografias da igreja construída pela população negra local.

Figura 4 - População negra e Igreja São Benedito entre 1928



Fonte: Vanessa Mayrinck (2021, p. 71)

Figura 5 - Igreja São Benedito em 1941



Fonte: Celso Rossi (2007)

Ao longo dos anos, o espaço foi embranquecido, ainda que constantemente marcado por referências às suas origens. Uma dessas referências ocorreu na IX Mostra Arte e Cultura Afro-brasileira da Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná, realizada em parceria com o movimento negro e representantes de religiões de matriz africana, na Igreja São Benedito. O evento buscou promover a reocupação simbólica do espaço pela população negra da cidade.

Figura 6 - Inauguração e placa do “Memorial do Povo Negro de Jacarezinho” na Igreja São Benedito em 2023



Fonte: UENP (2023)

Com base nas informações bibliográficas, concluímos que o culto a São Benedito estava também associado às religiões de matriz africana, cuja prática não podia ser exercida livremente pela população negra em razão do sistema escravista ainda vigente, ainda que de maneira informal, e da própria repressão da Igreja Católica. Diante da proibição ou estigmatização dessas práticas, frequentemente classificadas como feitiçaria ou demonizadas por autoridades religiosas e políticas, o culto a São Benedito representava uma alternativa possível de expressar a religiosidade negra em espaços públicos. Sob a proteção de um santo reconhecido pela Igreja, preservavam-se práticas, cantos, rezas e símbolos vinculados ao universo religioso africano.

Foram nesses espaços que as benzedadeiras, rezadores, mães e pais de santo cingi-

ram as dimensões do sagrado e do profano: religião e festa, assim como em muitas outras partes do Brasil, celebravam os santos juninos (católicos) sem que os fiéis de ascendência negra, entretanto, esquecessem de arriar o ipadê para Exu e o amalá para Xangô – orixás do candomblé também comemorados no mês de junho. Aos festejos juninos, somavam-se, também, a Folia dos Santos Reis e o Carnaval da Rua, ou seja, comemorações em que era possível observar a matização de diferentes identidades sociais e religiosas negociadas (ou não) no campo da alteridade (...) (Santos, 2024, p. 42).

Apesar da coexistência entre o catolicismo e as religiões de matriz africana nas manifestações culturais de Jacarezinho, observa-se um processo de silenciamento e apagamento das tradições afro-brasileiras no município, evidenciado pelo desaparecimento gradual de terreiros. Esse fenômeno é analisado, sob uma perspectiva antirracista, pelo pesquisador James Santos (2024), cuja investigação revelou tanto o racismo religioso latente na cidade quanto o racismo ambiental, expresso na distribuição territorial dos terreiros. Entre as décadas de 1970 e 1980, registravam-se aproximadamente vinte casas de santo; atualmente, esse número não corresponde sequer à metade (Santos, 2024, p. 42).

No âmbito dessa costura analítica, não se pode perder de vista a observação de Achille Mbembe (2018b; 2020), segundo a qual a biopolí-

tica, por si só, não seria suficiente para abarcar as demandas contemporâneas que envolvem a vida e a morte. Por isso, o filósofo defende outro dispositivo: a necropolítica<sup>20</sup>.

Para Mbembe, a necropolítica corresponde, sobretudo, às formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Nesse contexto, armas de fogo e outros mecanismos de violência são empregados com o objetivo de promover a mortificação sistemática de pessoas e a constituição de um “mundo de morte”, no qual emergem maneiras inéditas e particulares de existência social. Trata-se de um cenário em que amplas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p. 146).

Mesmo diante de questionamentos válidos acerca do uso da necropolítica como dispositivo de análise teórica em determinadas pesquisas (Piza, 2022), é importante ressaltar que sua aplicação tem se mostrado relevante, no contexto brasileiro, para a compreensão da realidade social do país. Isso ocorre sobretudo porque, embora Achille Mbembe (2016) não apresente definições conceituais rigidamente delimitadas ou manualísticas, seus aportes oferecem mecanismos para compreender o que caracteriza esse dispositivo: a subjugação da vida, em razão da raça e do credo, ao poder da morte.

Que outras formas de análise poderiam ser

construídas senão a partir da representatividade dos próprios grupos sobre os quais se fala? (Ribeiro, 2017). A quem interessa, hoje, falar em nome dos “subalternos”? Afinal, a minoria deve, e pode, falar por si mesma (Foucault, 2019). A produção já mencionada das autoras Ana Flauzina e Thula Pires (2020) constitui um exemplo significativo dessa perspectiva.

Ao ir na contramão desse movimento, esta pesquisa também se propõe a evidenciar, ainda que sem a pretensão de esgotar os atravessamentos necropolíticos que afetam Jacarezinho, como a necropolítica, enquanto dispositivo de análise, se apresenta como uma ferramenta metodológica eficiente. Isso porque, ao longo de toda a investigação, o silêncio e o apagamento permeiam tanto o passado quanto o presente da cidade.

O que é a necropolítica, senão o aniquilamento, da história oficial de uma cidade e do legado ancestral de uma determinada população? O etnocídio, à maneira Pierre Clastres (2004), evidencia esse processo e demonstra como a reprodução contínua de uma narrativa distorcida pode invisibilizar ainda mais aqueles que já se encontram à margem.

Entretanto, onde há poder, há resistência, como pontuado por Michel Foucault (2010). Sob essa perspectiva, não é possível abordar o processo estrutural de silenciamento da cultura negra na cidade sem mencionar as escolas de samba e o

carnaval. Marcado pelo reconhecimento ancestral da cidade, o samba-enredo de 2025, do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba (GRACES) Acadêmicos Capiáu, narra com orgulho a apropriação ancestral de um legado negro historicamente negado à comunidade negra jacarezinhense.

(...) Jacarezinho preta, eu sou  
Sou a voz que o tempo não cala  
Tambor que ressoa, kitembo entrega  
Capiáu é kilombo, é o chão  
Onde vou renascer (...) (Santos; Dias, 2025, sem paginação).

O carnaval em Jacarezinho tem sido marcado pela constante busca de levar à principal rua do município, mesmo diante de inúmeras dificuldades financeiras e do descaso do poder público, o protagonismo negro, a macumba, a capoeira e a reconstrução de narrativas hegemônicas por meio da inclusão e da valorização da cultura popular negra.

Isto porque, inicialmente, é preciso considerar o fato de ser o Carnaval a festa responsável, em Jacarezinho, por impulsionar diversas comunidades negras (terreiros de candomblé e umbanda, grupos de capoeira e escolas de samba) em torno de uma performance artística-cultural em que o sujeito negro assumia o protagonismo, ao levar, à Rua Paraná, a memória ancestral africana (Santos, 2024, p. 42).

Do mesmo modo, o coletivo Toneladas de Maracatu constitui outro exemplo de resistência e de apoio à população negra da cidade, especialmente no bairro da Pedreira, marcado por processos de favelização e pela predominância da presença negra. Como descreve Goulart (2024, p. 503-504), “e, entre a rua de pedras, casas e vielas, vibra uma infância engajada no brincar que se encontra com o maracatu”.

O documentário “Pedreira e o Peso de Todas as Águas da Cidade” (Fernandes, 2025), produzido pelo mesmo coletivo, denuncia as violações de direitos e o racismo ambiental sofridos pelos moradores da Pedreira. Paralelamente, apresenta a educação popular e antirracista como um dispositivo eficiente de promoção da resistência, especialmente para crianças negras atravessadas por um contexto necropolítico (Mbembe, 2018b; 2020).

Nesse contexto, o silenciamento e o apagamento da população negra nas obras de Rodrigo Pereira (s.d.), Thomaz Aimone (1975; 1998), Celso Rossi (s.d.) e até mesmo nas produções do próprio IBGE (1959) acerca da formação da cidade evidenciam a existência do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022) em Jacarezinho, pautado sobretudo na manutenção de uma narrativa branca.

Esse pacto constitui uma herança inscrita no imaginário da coletividade branca: ainda que não seja publicamente declarado, sustenta a cum-

plicidade necessária para a manutenção de seus privilégios em instituições públicas e privadas. O pacto da branquitude apresenta “um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (Bento, 2022, p. 18).

Constata-se, portanto, que Jacarezinho, localizada na região nordeste do Paraná, apresenta características conservadoras e elitistas, decorrentes de uma formação histórica marcada pela exploração da terra e pela estreita vinculação com a Igreja Católica (Tanno, 2018, p. 38). O município nasceu e se consolidou à custa de pactos silenciosos (Bento, 2022) e de mortificações físicas e sociais que, historicamente, incidiram sobre os corpos negros (Foucault, 2010; Mbembe, 2018b, 2020).

Mesmo que a história oficial não revele como a cidade nasceu, há uma nova geração de pesquisadores, artistas, agentes culturais e educadores negros, ou aliados da agenda antirracista, que busca resistir e (re)contar aquilo que foi oculto. Nessa encruzilhada, as casas de axé, as escolas de samba, o carnaval, o maracatu e tantas outras práticas culturais negras seguem arriando seu padês<sup>21</sup>. Pois, se o poder da branquitude se ergue pelo silenciamento negro, a resistência há de fazer

girar mais uma gira, sempre em favor das verdadeiras embaixadas africanas de Jacarezinho.

## “AONDE É QUE EXU MORA?”<sup>22</sup>: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa constituiu uma tentativa, ainda que tímida e modesta, de avançar no debate sobre o contexto de formação de Jacarezinho e, sobretudo, de evidenciar como esse contexto histórico-social ainda reverbera na cidade. A discussão apresentada por James Santos (2024) é um exemplo significativo nesse sentido, especialmente diante da escassez de produções acadêmicas locais com esse tipo de recorte e que, ao mesmo tempo, se proponham a questionar trabalhos já consolidados.

Para responder a problemática do estudo, ao longo da análise teórico-reflexiva, evidenciou-se como o Racismo de Estado (Foucault, 2010) hierarquiza e elimina determinadas raças em detrimento de outras, e como a necropolítica (Mbembe, 2018b; 2020) e o pacto da branquitude (Bento, 2022) ampliam o debate teórico ao abordar as formas contemporâneas do poder de matar. A partir desses conceitos, as lentes analíticas foram direcionadas ao município de Jacarezinho, localizado na região nordeste do Paraná, cujo processo de (re)ocupação foi marcado pela invisibilização das populações indígenas na narrativa

hegemônica local, que consagrou o “pioneiro”, o homem branco e católico, como responsável por trazer o suposto “progresso” à região.

Além das populações indígenas, as populações negras também foram negligenciadas pela historiografia tradicional. Encontram-se poucos registros precisos e detalhados sobre as pessoas negras escravizadas que chegaram a Jacarezinho/PR, revelando uma lacuna significativa na memória municipal. Obras locais de adeptos da narrativa “pioneira” como Thomaz Aimone (1975; 1988), Rodrigo Pereira ([s.d.]) e Celso Rossi ([s.d.]) confirmaram a hipótese da pesquisa ao evidenciar que seus trabalhos contêm vestígios que, se reinterpretados à luz dos estudos étnico-raciais, possibilitam reconstruir uma memória social marcada pela presença, pelo apagamento e pela resistência das populações negras na formação de Jacarezinho e do nordeste do Paraná.

A pesquisa demonstrou formas de resistência da comunidade negra, especialmente na construção da Capela São Benedito, em um período marcado pela segregação religiosa e racial nos cultos católicos locais. A produção de intelectualidades locais, como James Santos e Janete Tanno, engajadas em reescrever a história de Jacarezinho a partir de uma perspectiva antirracista, constitui um exemplo recente de resistência acadêmica no município (Santos, 2024; Tanno, 2018).

Se o racismo fundou<sup>23</sup> Jacarezinho, há

muito a ser considerado. O que isso significa? Significa que o racismo constitui a estrutura de formação da cidade, e seus efeitos atravessam dispositivos de poder, como a biopolítica e a soberania de decidir sobre a vida e a morte. Afinal, quem escolhe quem vive e quem morre em Jacarezinho? O apagamento de uma cultura também configura uma forma de eliminação da população negra local: quando a história hegemônica silencia ou distorce o passado dessa população, evidencia-se a atuação contínua do poder necropolítico etnocida (Clastres, 2004).

Por fim, ressalta-se, mais uma vez, a persistência de processos de resistência identificados ao longo do estudo (Foucault, 2010). Esse legado permanece vivo nos esforços de reocupação da Igreja de São Benedito, progressivamente embranquecida ao longo do tempo, e nas manifestações culturais negras que ainda pulsam vida na cidade, nas casas de axé, nas escolas de samba, no maracatu, na capoeira e em diversas outras expressões conduzidas por agentes culturais negros e aliados da pauta antirracista.

Nas encruzilhadas de Jacarezinho, uma cidade negra se revela. Mesmo em meio a pactos narcísicos silenciosos e às mortificações sociais, Jacarezinho é negra.

## REFERÊNCIAS

- AIMONE, Thomaz. **Jacarezinho, seus Pioneiros desbravadores e os que labutaram para o progresso desta terra**. Jacarezinho, 1975.
- AIMONE, Thomaz. **Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho**. Jacarezinho, 1988.
- APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: [https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE\\_pt\\_v3web.pdf](https://apiboficial.org/files/2021/08/DOSSIE_pt_v3web.pdf). Acesso em: 14 mar. 2024.
- BECKER, Simone; FONSECA, Andrei Domingos. Etnografia genealógica de mortificações de corpos dissidentes no sul de Mato Grosso do Sul. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, [S. l.], v. 57, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/61537>. Acesso em: 4 mar. 2026.
- BELANDI, Caio; GOMES, Irene. **Censo 2022**: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira se declara parda. Agência IBGE Notícias, 22 dez. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda)
- [-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda). Acesso em: 13 mar. 2024.
- BENTO, Berenice. **Necrobiopoder**: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 out. 2023.
- BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UENP. (CEDHIS). **Narrativas jacarezinhenses na coleção Celso Rossi (1888-1990)**. 2023. Disponível em: <https://www.artsteps.com/view/646f5f967edf3e9a47415449>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- CLASTRES, Pierre. Do Etnocídio. In: **Arqueologia da violência**. São Paulo, Editora Cosac Naify, p. 54-63, 2004.
- CORRÊA, Hugo Emmanuel da Rosa. **O espelho de Eugênio Sigaud**: imagens e representações na catedral diocesana de Jacarezinho. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e

Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Londrina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/87463399-f058-44c0-8a58-d923383f243c>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ENTRE pontos e cantigas: memórias de axé em Jacarezinho. **Jacarezinho**: Prefeitura Municipal de Jacarezinho, 2020. 1 vídeo (aprox. 29 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRHTiFhNBJ0&t=348s>. Acesso em: 15 ago. 2025.

EVANGELISTA, Luciana de Fátima Marinho. **Arte para ser vista e admirada**: A pintura mural de Eugênio de Proença Sigaud a partir da catedral de Jacarezinho, Paraná. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://catalogobibliotecas.uff.br/acervo/322195>. Acesso em: 17 ago. 2025.

FERNANDES, Antônio Donizete (Dir.). **Pedreira e o peso de todas as águas da cidade**. Produção: Coletivo Toneladas de Maracatu. Jacarezinho, PR: Lei Paulo Gustavo, 2025. 1 vídeo (YouTube). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mewjndqW5os>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Polí-**

**ticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6931>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FONSECA, Andrei Domingos. **Genocídio indígena no Brasil**: racismo de estado e necropolítica em tempos pandêmicos. Editora Thoth, 2024.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. **Revista Brasileira de educação**, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999. Disponível em: [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/4SF/Miriam/RBDE10\\_06\\_CLAUDIA\\_FONSECA.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/4SF/Miriam/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf). Acesso em: 16 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. – Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FONSECA, Stéphanie et al.. Impactos da pandemia de Covid-19 sobre catadores de materiais recicláveis: um estudo de caso em Jacarezinho-PR. In: Congresso sul-americano de resíduos sólidos e sustentabilidade, Vol. 7, 2024. **Anais do 7º Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade**. 14 a 16 de maio de maio de 2024 - Curitiba/PR. Disponível em: <http://>

[dx.doi.org/10.55449/conresol.7.24.XIII-008](https://dx.doi.org/10.55449/conresol.7.24.XIII-008). Acesso em: 27 ago. 2025.

GOULART, Ana Caroline. “Hoje tem maracatu?”: as possibilidades educativas da cultura popular no encontro com as infâncias periféricas. In: Reunião brasileira de antropologia, 34., 2024, Belo Horizonte, MG. **Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (...)**, 23 a 26 jul. 2024. Brasília: ABA Publicações, 2024. p. 503-504. Disponível em: <https://anais.rba.abant.org.br/34rba/trabalho?trabalho=97577456>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOULART, Ana Caroline; TAPEDJU, Elionai. Teko Pyau: o complexo cultural guarani entre a memória e o agora. In: SANTOS, James Rios de Oliveira; TANNO, Janete Leiko; VALE, Rosiney Aparecida Lopes do (org.). **Memórias múltiplas do cotidiano: trabalho, religiosidade e lazer na região Nordeste do Paraná (séculos XX e XXI)** [recurso eletrônico]. Jacarezinho, PR: Editora UENP, 2024. p. 187-217. Disponível em: <https://uenp.edu.br/editora-docs/livraria/29201-memorias-multiplas-do-cotidiano-trabalho-religiosidade-e-lazer-na-regiao-nordeste-do-parana-seculos-xx-e-xxi/file.html>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1998. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Panorama - Jacarezinho (PR)**. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/jacarezinho/panorama>. Acesso em: 03 mar. 2026.

INDIGENISTAS ASSOCIADOS (INA). Instituto de Estudos Econômicos (INESC). **Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro**. 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/dossie-funai-governo-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2026.

JACAREZINHO (PR). In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 31. p. 267-268. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_31.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_31.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

- LUDKA, Vanessa Maria; PEREIRA, Sérgio Augusto; MELLO, Ana Julia Oliveira de. O Programa Bolsa Família e o aumento da fome e da pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **Geografia (Londrina)**, v. 31, n. 2, p. 151-171, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/44880>. Acesso em: 06 out. 2023.
- MAYRINCK, Vanessa Fernanda. **História, memória e patrimônio cultural**: uma articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no município de Jacarezinho (PR). Dissertação (Mestrado em Educação Básica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Jacarezinho, 2021. Disponível em: <https://uenp.edu.br/mestrado-educacao-tcc-pe/trabalhos-de-conclusao-2020-2021/19794-vanessa-fernanda-mayrinck/file.html>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.
- MBEMBE, Achille. O direito à vingança não nos traz paz, diz escritor Achille Mbembe sobre Israel. **Folha de S. Paulo**, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/03/capitalismo-e-incompativel-com-democracia-afirma-escritor-achille-mbembe.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MELO, Simone C. Castanho S. de et al. As ações de extensão e cultura na Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2014 a 2017. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 4–22, 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/12904>. Acesso em: 5 out. 2023.
- MONTEIRO, Patrícia Fontes Cavalieri. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. Meritum, **Revista de Direito da Universidade FUMEC**, 2012. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1208>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- NAVES, Rodrigo. Almeida Júnior: o sol no meio do caminho. **Novos estudos CEBRAP**, p. 135-148, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/>

[a/nmFMTcB7RTCFwWzfvKNxN9d/?lang=pt](#). Acesso em: 15 ago. 2025.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/significacoes-do-corpo-negro-isildinha-baptista-nogueira-tese.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/LACED, 2006.

PASCOAL, Luciano (Dir.). **O Bispo e o Artista**. Brasil: Vertigo Filmes, 2025. Documentário (YouTube). Disponível em: <https://youtu.be/YHgRxdj3ZBw>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PEREIRA, Rodrigo Octávio Torres. Jacarezinho: súmula histórica. Acervo: Biblioteca Municipal de Jacarezinho, s.d..

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, v. 45, p. 129-148, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/>

[NrF7PcGmQCF4vP6KPpmjhRs/?format=html&lang=pt](#). Acesso em: 27 ago. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO. **Documentário "O Bispo e o Artista"** - Exibição Pública em Jacarezinho! Jacarezinho, 11 jan. 2025. Instagram: @prefeiturajacarezinho. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/DNBFn2LOi\\_a/](https://www.instagram.com/p/DNBFn2LOi_a/). Acesso em: 16 ago. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Elaine Pereira. Saci-Pererê e São Benedito: entidades negras, religiosidade e memórias da escravidão. **Fronteiras**, v. 24, n. 43, p. 54-69, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15953>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ROSSI, Celso Antônio. A Igreja de São Benedito nos anos 30 ou 40. **Jacarezinho com amor**, 19 out. 2007. Disponível em: <https://museu.uenp.edu.br/acervo-celso-rossi/photo20071019155337.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ROSSI, Celso Antônio. **Centenário da comarca de Jacarezinho: 1904-2004**. 84 páginas. Impressão e distribuição particular, s.d..

ROSSI, Celso Antônio. Os trapicheiros de antigamente. **Jacarezinho com amor**, 19 mar. 2010. Disponível em: <https://museu.uenp.edu.br/acervo-celso-rossi/photo20100319165832.html>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, Fernanda Barros dos; SILVA, Sergio Luiz Baptista da. Gênero, raça e classe no Brasil: os efeitos do racismo estrutural e institucional na vida da população negra durante a pandemia da covid-19. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1847-1873, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/QBynWtkgc7jCssMMFHvZwWm/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SANTOS, James Rios de Oliveira. A cidade e os terreiros: memórias de encruzilhadas. In: SANTOS, James Rios de Oliveira; TANNO, Janete Leiko; VALE, Rosiney Aparecida Lopes do (org.). **Memórias múltiplas do cotidiano: trabalho, religiosidade e lazer na região Nordeste do Paraná (séculos XX e XXI)** [recurso eletrônico]. Jacarezinho, PR: Editora UENP, 2024. p. 41-79. Disponível em: <https://uenp.edu.br/editora-docs/livraria/29201-memorias-multiplas-do-cotidiano-trabalho-religiosidade-e-lazer-na-regiao-nordeste-do-parana-seculos-xx-e-xxi/file.html>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTOS, James Rios de Oliveira; DIAS, Pedro Henrique. **Jacarezinho Preta: uma história não contada**. Intérprete: Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba (GRACES) Acadêmicos Capiau. 2025. Samba-enredo.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

TANNO, Janete Leiko. Patrimônio cultural dos afrodescendentes: preservação, memória e recepção. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 31-48, 2018. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/872>. Acesso em: 07 mar. 2024.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” história e fantasmagorias**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/31883>. Acesso em: 06 out. 2023.

VERONESE, Osmar; ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de. O descaso com o direito fundamental à saúde dos povos indígenas no enfrentamento da pandemia de Covid-19: a consolidação de uma necropolítica no Brasil. **Pensar – Revista de Ciências Jurídicas**, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/11838>. Acesso em: 14 mar. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. (UENP). **Mostra Afro realiza Sarau da Negritude e Feira São Benedito**. 2023. Disponível em: <https://uenp.edu.br/noticias/item/4175-mostra-afro-realiza-sarau-da-negritude-e-feira-sao-benedito>. Acesso em: 13 ago. 2025.

## NOTAS

<sup>1</sup>O primeiro autor do estudo se reconhece como pessoa negra (parda). O artigo é um desdobramento de um texto auto etnográfico, que narrava o processo de reconhecimento racial no contexto acadêmico e jurídico, bem como os mecanismos silenciosos de racismo que permeiam as instituições e, conseqüentemente, o inconsciente, pois este também tem cor, como defende Isildinha Nogueira (1998).

<sup>2</sup>Pereira (s.d.).

<sup>3</sup>Isso não anula outras ações pautadas na promoção da morte por meio de políticas públicas e privadas, quando estão em cena interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro. Um grande exemplo dessa situação foi o processo de resistência das comunidades indígenas brasileiras durante a pandemia de Covid-19. Nesse período, não houve nenhuma demarcação de terra indígena, e uma política “anti-indígena” foi adotada por órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) que deveriam promover a proteção dos interesses nativos (INA; INESC, 2022). A não demarcação de terras e o ataque aos direitos originários tinham relação com a política neoliberal (Brown, 2019) conduzida pelo Chefe do Poder Executivo, estritamente alinhada aos interesses do agronegócio (APIB, 2021).

<sup>4</sup>Sem esquecer que Jacarezinho também é uma cidade universitária, que congrega dez graduações e inúmeras pós-graduações em diferentes áreas do

conhecimento por meio da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Essa característica é responsável, quiçá, por trazer, a cada ano letivo, uma nova leva de universitários de toda a região nordeste do Paraná, bem como de outras partes do país, como o Estado de São Paulo, já que o município faz divisa com a cidade de Ourinhos/SP.

<sup>5</sup>Desenvolvida por autores como Nina Rodrigues e Oliveira Viana.

<sup>6</sup>Sem desconsiderar outras minorias brasileiras. Seja em termos quantitativos ou de acesso a direitos.

<sup>7</sup>Quando entram em cena os trabalhadores que não tiveram outra opção senão continuar trabalhando para garantir seu sustento, mesmo diante do contexto citado.

<sup>8</sup>A partir disso, a pesquisa analisa elementos presentes nas obras de Aimone (1975; 1988), incorporando-os a discussões de intelectuais que tomam a raça como marcador central de análise. Reconhecem-se, assim, as contradições e ocultamentos do autor, mas sem descartar sua produção em um contexto no qual pouquíssimos pesquisadores se dedicaram à condição da população negra na formação da cidade. Embora Aimone se alinhe explicitamente à narrativa hegemônica, há em sua obra vestígios que permitem delinear aspectos de uma realidade historicamente silenciada mesmo diante de problemas metodológicos.

<sup>9</sup>Palavra acrescentada para adequação gramatical da frase, já que na passagem original ela foi

omitida.

<sup>10</sup>Até a finalização desta pesquisa, não foram encontradas outras informações sobre Duarte, além da breve descrição apresentada por Rossi.

<sup>11</sup>O acervo que também congrega publicações do Facebook pode ser acessado por meio do seguinte link: <https://museu.uenp.edu.br/acervo-celso-rossi/index.html>. Acesso em: 03 mar. 2026.

<sup>12</sup>Para aprofundamento, recomenda-se assistir ao documentário “Entre pontos e cantigas: memórias de axé em Jacarezinho” (2020), que resgata a história do Ogã Mestre Capu, liderança religiosa e da capoeira em Jacarezinho desde a década de 1970, dedicado às tradições da umbanda e do candomblé que resistem, ao longo dos anos, no município.

<sup>13</sup>Dimensão a ser debatida adiante dado o contexto de ataque às religiões de matriz africana no país.

<sup>14</sup>A branquitude é compreendida, aqui, como uma posição social na qual os indivíduos por ela beneficiados são sistematicamente privilegiados e dispõem de maior acesso a recursos simbólicos e materiais, cuja origem remonta ao colonialismo e ao imperialismo e que se mantêm preservados até os dias atuais (Schucman, 2012, p. 23).

<sup>15</sup>A narrativa religiosa mencionada relaciona-se à imposição de padrões católicos sobre a população negra escravizada no país.

<sup>16</sup>Trata-se da obra “Viaje a Marte”, publicada em 1930, à qual os autores não tiveram acesso. Para mais informações, recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado de Lotierzo (2013).

<sup>17</sup>Na cidade, a história dos irmãos é conhecida pela rivalidade entre um comunista e um “anticomunista”. Inclusive, D. Geraldo de Proença Sigaud (1963) chegou a lançar o livro intitulado “Catecismo anticomunista”, no qual aborda seu repúdio ao comunismo. Para mais detalhes sobre o tema, recomenda-se a leitura de Evangelista (2020) e Corrêa (2015).

<sup>18</sup>Embora as análises de Evangelista careçam de uma abordagem racial, ela é considerada uma das principais pesquisadoras do nordeste paranaense sobre a atuação de Sigaud na catedral de Jacarezinho. A incorporação de sua obra, portanto, implica riscos semelhantes ao exercício metodológico adotado em relação a Aimone: mesmo diante de possíveis inconsistências, seus escritos oferecem indícios que permitem construir uma análise mais abrangente do objeto estudado, bem como expor seus silenciamentos e contradições.

<sup>19</sup>Não se trata de desconsiderar as representações sociais produzidas por Sigaud, entretanto, cabe também às pesquisas acadêmicas problematizar e apresentar reflexões contra-hegemônicas. Esse é o exercício que se propõe neste trabalho.

<sup>20</sup>Sem deixar de considerar as contribuições da pensadora Berenice Bento (2018), que compreende a necropolítica e a biopolítica como dispositivos indissociáveis.

<sup>21</sup>À la James Santos (2024).

<sup>22</sup>Exu mora na encruzilhada, de acordo com a música “A sua casa não tem parede”, interpretada pela Aldeia dos Caboclos. O questionamento foi incorporado às considerações finais, pois se trata de um trocadilho com o título do artigo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=0pk1d2CkGVM&list=RD0pk1d2CkGVM&start\\_radio=1](https://www.youtube.com/watch?v=0pk1d2CkGVM&list=RD0pk1d2CkGVM&start_radio=1). Acesso em: 4 mar. 2026.

<sup>23</sup>Essa pontuação não ignora as considerações de Achille Mbembe (2018b), de que, para ser considerado racista, é necessário reconhecer a humanidade do outro, mas também entende como a mão de obra das pessoas escravizadas foi essencial para a estruturação da cidade, cujo processo de colonização ocorreu em 1888, ano da Lei Áurea. Ao mesmo tempo em que se reconhecem as considerações de Mbembe (2018b), é importante direcionar a lente para o processo de hierarquização de raças defendido por Foucault (2010), uma das principais referências de Achille.